

CEDI P. I. B.
DATA 24.08.93
COD. XBD 00023

RELATORIO A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Março de 1992

Os índios Xikrin do Bacajá e Trincheira

Demarcação do Território

Apoio às comunidades do Bacajá-Trincheira

LUX VIDAL

Assessoria Antropológica

I. Introdução

A última viagem desta assessoria aos Índios Xikrin do Bacajá e Trincheira ocorreu em maio de 1987.

Além dos programas de apoio à comunidade, a preocupação maior sempre foi e ainda continua sendo a demarcação do território Trincheira Bacajá.

Desde 1987, o que foi realizado é o que segue:

- 1) De minha parte relatório circunstanciado sobre o histórico da demarcação da Reserva Xikrin-Bacajá, incluindo a cisão da aldeia do Bacajá, ocorrida em 1985 e dando origem a segunda aldeia do Trincheira.
- 2) Elaboração da nova proposta de demarcação (vide relatório de maio 1987 e publicação in "As Hidrelétricas do Xingú e os Povos Indígenas" 1989, Comissão Pró-Índio de São Paulo).
- 3) Designação por parte da FUNAI de um grupo de trabalho e equipe técnica para procederem à identificação, com definição de limites do Território Indígena Trincheira-Bacajá, no município de Senador José Porfírio/PA., São Felix do Xingú/PA e Pacajá/PA. Portaria PP no. 286/89, assinada pelo presidente da FUNAI Iris Pedro de Oliveira em 22/03/89.

- 4) As despesas fluíram por conta do Convênio CVRD/FUNAI.
- 5) Em 24/11/89 a equipe da FUNAI entrega o Relatório de Proposta de Área Indígena, Identificação e Delimitação da Área Indígena Trincheira-Bacajá.
A área proposta é de 1.438.856,10 ha, conforme memorial descritivo e mapa da proposta.
As 2 aldeias e toda a área Indígena-Bacajá ficam incluídas nesta nova área indígena.
- 6) Desde 1989 não houve oportunidade, por razões políticas e de indefinição da FUNAI, de encaminhar o processo da proposta para demarcação.
- 7) Em fevereiro de 1992 me comuniquei com a assessora da Presidência da FUNAI, Dra. Isa Rogedo, que me assegurou que este seria o momento oportuno para agilizar o processo demarcatório das terras Bacajá-Trincheira. O processo demarcatório Parakanã-Apiterewa já havia sido enviado ao Ministério da Justiça.
- 8) No dia 12/03/92, estivemos reunidos em Brasília para discutir com o Presidente da FUNAI e a sua assessoria administrativa e técnica a melhor forma de encaminhamento da proposta de demarcação. Estavam também presentes a Sra. Kátia Araujo S. Genes da CVRD e coordenadora do Convênio CVRD/FUNAI, assim

como o Sr. Apinagés da Fundação Mata Virgem, a meu convite.

Recebemos todo o apoio do Presidente da FUNAI e ficou decidido de que o primeiro passo seria uma viagem minha a área para conversar com os índios das duas aldeias, informa-los sobre o andamento do processo demarcatório e receber das comunidades e seus líderes a anuência para o encaminhamento da proposta ao Ministério da Justiça.

9) Após a minha viagem, haveria uma nova reunião em Brasília para acertar os últimos detalhes de encaminhamento do processo demarcatório.

II. Relatório de Viagem 16 à 21/03/92

O formulário da Anuência dos Índios havia sido enviado diretamente pela FUNAI de Brasília à FUNAI de Altamira. No dia 17/03, cheguei a Altamira onde estavam me esperando os líderes do Trincheira. Conversamos durante uma tarde inteira quando pude entender melhor a situação atual desses índios.

Estive na aldeia do Bacajá de 18 à 21/03.

A anuência dos índios foi dada em língua kayapó pelo chefe Bep-Tok (Onça). vide em anexo.

Se há algo que as duas comunidades desejam intensamente é, sem dúvida, a demarcação de seu território tal como foi

definido pelo grupo da FUNAI em relatório entregue em 24/11/89 à Presidência da FUNAI.

Resta agora, dentro das atribuições do Convênio CVRD/FUNAI, acompanhar o processo, apoiar as iniciativas de pressão cabíveis para que o território Bacajá-Trincheira seja aprovado no Ministério da Justiça e alocar os recursos para a demarcação.

III. Projeto de Apoio às Comunidades Bacajá e Trincheira Convênio CVRD/FUNAI.

A) Bacajá

Os índios do Bacajá contam hoje com 210 indivíduos (censo da FUNAI). Vivem à margem do médio Bacajá em uma aldeia de formato tradicional, composta de 21 casas, de paredes de barro e teto de palha.

A aldeia, na ocasião de nossa visita, estava muito limpa e os índios haviam renovado o teto de palha da casa dos homens e preparado uma festa do Bô, em homenagem à minha chegada. O Posto continua a funcionar em condições precárias. A casa do rádio, a farmácia e a escola são construções desgastadas e inadequadas para os serviços que deveriam prestar. Foi construída, porém, em 1987, a casa do chefe de Posto em madeira.

Os funcionários da FUNAI que trabalham no Bacajá são o chefe de Posto, Sr. Nerci Caetano Ventura, a profa. Sra. Geni Umbuzeiro e o técnico em enfermagem, Sr. Valter Avelino da Silva.

Encontrei-me com o Chefe de Posto e a Professora em Altamira. Esperavam subir o rio Bacajá de barco com o material de construção do poço semi-artesiano. Conversamos bastante. Por falta de recursos da FUNAI e falta de uma orientação clara de como atuar frente aos garimpeiros e à pressão das madeireiras, o chefe de Posto me disse que

estava cansado e desgastado, mas ponderou que com a demarcação e algum apoio a situação poderia melhorar. O Sr. Caetano me fez, também, um histórico detalhado das relações dos índios com o garimpo do Manezão desde a minha última visita em 1987.

Na aldeia encontrava-se o enfermeiro que há cinco anos atua no Bacajã, sendo uma pessoa muito tranquila, dedicada e prestativa. A farmácia, porém, estava sem remédios. Estes, apenas chegaram com a minha ida à aldeia, aproveitando o transporte aéreo. Por falta de remédios, estava decolando da pista de pouso, na hora de nossa chegada, uma aeronave da madeireira Perachi de Tucumã, que a pedido dos Xikrin do Cateté estava retirando um doente com dor de garganta, levando-o para o hospital da Serra Carajã. Esta mesma madeireira, três dias depois, trazia de volta dois doentes que haviam sido hospitalizados na Serra. Traziam também rancho e presentes etc..

Ao retirar os doentes a madeireira Perachi os levou a uma clínica particular em Tucumã, onde, sem exames, os índios foram medicados com antibióticos. Não melhorando, os dois índios foram levados para o hospital da Serra Carajã, onde o Dr. Sérgio teve a maior dificuldade para diagnosticar uma malária falcípara, por causa da aplicação inadequada de antibióticos.

De volta ao Bacajã, ficamos sem saber o que havia acontecido com os índios e se deviam ou não continuar a

toma algum remédio.

O diagnóstico e receituário do Dr. Sérgio havia ficado na enfermaria do Cateté porque os 2 índios viajaram com a madeireira Perachi que (obviamente) não avisa ninguém.

É apenas, posteriormente, na ocasião de minha viagem à Serra Carajás e ao Cateté que pude reconstituir esta história doida. Realmente, as pistas de pouso da FUNAI são um no man's land e um apoio acertado às atividades ilegais das madeireiras.

Para finalizar a história, o enfermeiro do Bacajá possui curso de leitura de lâmina, existe um microscópio do Bacajá mas não se sabe por onde anda e os remédios contra a malária não podem faltar nas prateleiras da farmácia local.

Existem alguns problemas sérios no Bacajá:

- 1) O garimpo do Manezão e especialmente o garimpo Pista Nova estão poluindo de maneira alarmante o rio Bacajá. O garimpo Pista Nova fica a 15 minutos ao norte de Tucumã. Suja o rio Negro e as cabeceiras do Bacajá, afetando o rio em todo o seu trajeto. Verifica-se grande incidência de verminose na aldeia por causa das águas contaminadas. Os peixes estão desaparecendo e algumas pessoas falam em peixes feridos, boiando, sem cabeça etc.. Enfim, desde a minha última visita, as atividades ligadas ao rio ficaram muito afetadas. Seria o caso de uma denúncia

junto aos órgãos competentes.

- 2) Os sucessivos donos do garimpo Manezão, vem se comprometendo desde 1987 a pagar uma indenização aos índios (atualmente seriam 150 grs. de ouro mensalmente), além de dois vôos mensais para Altamira. Após muita violência, troca de donos e mortes sucessivas neste garimpo, o último dono, um tal de Sr. Oscar, comprometeu-se, no mês de janeiro deste ano, em assumir a dívida para com os índios. Atualmente, porém, este senhor desapareceu e a dívida para com a comunidade já acumulou 4 meses de atraso.

Os índios descontentes estavam planejando uma nova investida no garimpo. Segundo eles "Ou pagam ou saem".

Se o território indígena estivesse demarcado seria mais fácil tirar este garimpo, ao que tudo indica não muito produtivo.

Muitos garimpeiros, porém, tratam de se espalhar pelas bacias dos rios Carapanã e Chapeuzinho, mas os índios tem impedido estas investidas. Os índios se queixam que para fazer a vigilância em seu território às vezes falta combustível para o barco, munição e rancho.

- 3) A pressão das madeiras.

A margem direita do Bacajá, na região do Manezão, Carapanã e subindo para o norte em direção ao Trincheira, as madeireiras já vem atuando há muito tempo. Entram pela Transamazônica e o rio Anapú. Como esta parte do território não está demarcada não pagam nada aos índios e esta atividade foge totalmente ao seu controle.

A margem esquerda está bastante preservada, mas no chamado corredor (área a ser demarcada) as madeireiras entram pelo sul. Já atuavam em território Apiterewa, Araweté e no próprio corredor, muito perto da Reserva do Bacajá onde detectamos uma pista de pouso que segundo os índios seria da Perachi. Existe também a pressão aberta do índio Coronel Pombo de Kikretum e mais velada de índios do Cateté para que os Xikrin do Bacajá entrem no negócio da madeira. Os índios receberam algum dinheiro no ano passado (15 milhões), mas como mostra o discurso do Chefe Onça, os do Bacajá, no fundo, não querem as madeireiras. O que é motivo de atrito com os índios da aldeia do Trincheira, mais inclinados a aceitar este tipo de atividade.

Do ponto de vista das atividades de subsistência os índios vivem de caça, pesca, coleta e agricultura. Quando estão com muita falta de produtos, apertam no garimpo.

A castanha é pouco e com preço muito desfavorável no

mercado. O artesanato é apenas uma alternativa casual.

Havendo um pouco de apoio os índios Xikrin do Bacajá podem melhorar as suas roças plantando também feijão e arroz e fabricando farinha de mandioca para a venda, segundo o modelo do Trancheira.

Comparando com os índios Xikrin do Cateté a situação é mais tranquila.

- 1) Não há ainda grandes projetos por perto.
- 2) São menos numerosos, com uma aldeia de tamanho ideal.
- 3) A chefia é mais tranquila.
- 4) O consumismo mais controlado.
- 5) Há um chefe de Posto que por enquanto consegue contornar a situação.
- 6) Apesar de mais isolados do que os Xikrin do Cateté, vivem às margens de uma grande via fluvial, navegável em qualquer época do ano. Neste sentido são mais livres e ficam menos a mercê dos favores das madeireiras para o transporte.

Prioridades para um projeto de Apoio

- 1) Apoio ao programa Saúde na Aldeia e em Altamira. O poço está sendo providenciado.
- 2) Compra de uma voadeira com motor para retirar os doentes e evitar as viagens à Serra Carajás custeadas pelas madeireiras, isto é, pela madeira nobre da Reserva Cateté.
Voadeira de 8m e motor Yama 40 Hp.
- 3) Falamos com o chefe de Posto no sentido de que não podem faltar sementes para plantar arroz e feijão.
- 4) Concertar um motor NSB 11R Yamahar, de centro e que se encontra na aldeia. Colocar no barco do índio Pedro.
- 5) Alocar algum recurso para a compra de combustível e munição.
- 6) Algumas possíveis viagens de dois índios a Brasília para acompanhar o processo da demarcação.
- 7) Dar continuidade, por enquanto, à assessoria antropológica de apoio aos índios e à busca de soluções adequadas para a sua sobrevivência.

Projeto a ser apresentado em julho de 1992

- 1) Melhorar as construções da escola e enfermaria. Construções simples e funcionais. Ver com Katia A. Genes.
- 2) Compra de uma geladeira e instalação de uma placa solar.
- 3) Devido à facilidade de deslocamentos fluviais, nunca deixar a aldeia sem meios de transporte.
- 4) Continua o Projeto Saúde [vide Dr. João Paulo Botelho] e alocação de recursos, para compra de combustível e munição.
- 5) Contratar mais uma professora, mas com orientação pedagógica específica. Aliás é o pedido da Profa. Geni, atualmente responsável, sem muito apoio, pela escola no Bacajá.

Duas viagens para a antropóloga Isabelle Giannini, que coordena o Programa Educativo no Cateté. Os índios me pediram a sua participação.
- 6) Pensar em um projeto de atividades produtivas que possa tirar os índios da dependência dos garimpeiros e madeireiras.

II. A Aldeia do Trincheira

A. INTRODUÇÃO

Estive com os dois líderes do Trincheira, Tucum e Maurê em Altamira. No dia 17/03 estavam me esperando no aeroporto e conversamos naquela tarde na FUNAI.

Visitamos em 1986 a aldeia do Trincheira. Como não existe pista de pouso no local, não me foi possível desta vez, deslocar-me de barco até a aldeia.

Segundo o costume Kayapó, este grupo é uma cisão do Bacajá ocorrida em 1985.

Dizem os índios que construíram uma aldeia redonda, com 14 casas. São 8 famílias e 51 habitantes, vivendo no local. O núcleo desta aldeia é formado por dois irmãos Kararaô e suas famílias. Possuem parentes e amigos ao longo do rio Xingú, em Altamira, no Baú e outras localidades ribeirinhas.

Vivem de boas roças. Quando o rio não estava poluído, vendiam peixe em Altamira, às vezes alguma caça. Quando o preço no mercado compensa, comercializam a castanha do Pará.

Em direção à leste, a aldeia do Trincheira encontra-se a 75 kms da Transamazônica. Existe uma estrada de terra que permite durante a época da seca e de bicicleta (não há pontes) chegar até a Vila Anapu onde há um centro comercial.

Para a sua subsistência os índios usam essencialmente

os rios Queiroz e Golosa (margem esquerda do Bacajá) e o rio Arapari (margem direita). Descem ainda até o rio Dois Irmãos. Não se aventuram mais ao sul com medo dos garimpeiros. Os do Trincheira não recebem recursos do garimpo Manezão. Além das madeireiras que entraram no território a partir do Manezão, com pista de pouso e muitos ramais abertos na mata, a partir de 1988, as madeireiras vem avançando também, mais ao norte, pelo rio Anapu e a Transamazônica.

Sob forte pressão, sem recursos e sem o seu território demarcado, os índios acabaram entrando também no negócio da madeira o que criou conflitos com a aldeia Bacajá e também desentendimentos internos.

Segundo os índios tudo isso é superável com um pouco de apoio. Eles gostariam de continuar a fazer roças e vender farinha e peixe e também castanha quando compensa. Para o transporte destes produtos eles possuem um barco grande (doação de Lux Vidal). Eles fazem (apesar da venda da madeira) a vigilância da parte norte e oeste do território. Além das margens do rio Bacajá, intocadas.

Os chefes Tucum e Maurê, do Trincheira, colaboraram com a equipe da FUNAI para a identificação dos limites da Reserva.

Os Xikrin do Bacajá que vivem no Trincheira e voltaram ao P. 7 Bacajá explicam as razões desta situação: além do

poor o dinheiro recebido no negócio da madeira, não havia naquela aldeia pista de pouso, rádio, enfermeira, escola. Enfim, queixavam-se do isolamento e da insegurança. Por outro lado, aprenderam a fazer grandes roças e querem continuar com esta atividade no Bacajá.

No que se refere ao território os dois grupos concordam com os limites estabelecidos pelo grupo de trabalho da FUNAI. Querem conversar em conjunto estratégias para pressionar a demarcação. Estão também interessados em articular melhor a defesa de suas terras e discutir sobre atividades produtivas, no futuro.

A situação específica do Trancheira precisa ser vista com mais cuidado em uma próxima ocasião.

B. Necessidades Prioritárias

- 1) Além da demarcação, algum apoio no campo da saúde. O melhor seria, de imediato, a compra de uma voadeira com motor para poder retirar os doentes com uma certa urgência e leva-los a Altamina. Permitiria ainda o transporte da Equipe Volante de Saúde que deve também atender o Trancheira.
- 2) Compra e instalação de um rádio + gerador.
- 3) Alguma ajuda com combustível e munição.
- 4) O Trancheira está sem água potável por causa da

poluição do rio Bacajá pelos garimpeiros. Os índios
querem um poço, simples mas coberto.

5) Denunciar as madeireiras e os garimpeiros.

C. Projeto a ser apresentado em julho de 1992

- 1) Realizar um levantamento antropológico mais
aprofundado na aldeia do Trincheira. Trata-se de um
caso bastante específico.
- 2) Discutir com os índios a construção de uma
enfermaria e escola e a contratação de um técnico em
saúde e professora.
- 3) Discussão a respeito de atividades produtivas.
Elaboração de um projeto.